ARCHEION ON LINE
ISSN 2318-6186
Revista de Arquivologia da UFPB

A ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO NA ARQUIVOLOGIA: o fio de Ariadne dos arquivos[1]

Jefferson Higino da Silva[2]
Maria Elizabeth Baltar Carneiro de Albuquerque[2]

RESUMO

A organização e a representação na Arquivologia consideram bases dos elementos e dos contextos presentes nos documentos, assim a projeção desses documentos é permeada por características ligadas à sua criação. Objetiva-se apresentar pontos da organização e da representação na Arquivologia, por meio das atividades de classificação e de descrição norteadoras no processo de acesso à informação nos arquivos, destacando-se a prospecção e o aprofundamentos a respeito da temática. Valemo-nos de revisão teórica, com abordagem qualitativa e com direcionamentos descritivos. Observa-se que os documentos possuem particularidades que devem ser consideradas pelas atividades de classificação e de descrição. Em discussões contemporâneas, o arquivista aparece como um agente mais envolvido com os usuários, com a construção de sistemas complexos, como agente de organização e de significação nos arquivos. Alguns estudos no Brasil vêm aprofundado e estabelecendo conexões entre a organização e a representação do conhecimento nos arquivos e as dimensões da representação temática, seja por meio da indexação, seja acerca de bases do assunto envolvidas com a classificação e com a descrição arquivística, em consonância ao documento arquivístico e dos seus entornos.

Palavras-chave: Organização. Representação. Descrição arquivística. Classificação arquivística.

ORGANIZATION AND REPRESENTATION IN ARCHIVOLOGY: Ariadne's thread of archives

ABSTRACT

The organization and representation in Archivology consider the bases of the elements and contexts present in the documents, so the projection of these documents is permeated by characteristics linked to their creation. The objective is to present points of organization and representation in Archivology, through the classification and description activities that guide the process of accessing information in the archives, highlighting the prospecting and deepening about the theme. We used a theoretical review, with a qualitative approach and with descriptive directions. It is observed that the documents have particularities that must be considered by the classification and description activities. In contemporary discussions, the archivist appears as an agent more involved with users, with the construction of complex systems, as an agent of organization and meaning in the archives. Some studies in Brazil have been deepened and establishing connections between the organization and the representation of knowledge in the archives and the dimensions of the thematic representation, either through indexing, or about the bases of the subject involved with the classification and the archival description, in line to the archival document and its surroundings.

Keywords: *Organization. Representation. Archival description. Archival classification.*

[1]Artigo oriundo da Comunicação apresentada na 4. Semana Nacional de Arquivos (SNA), com o tema "Empoderando a sociedade do conhecimento" realizado nos dias 8 a 14 de junho de 2020 na Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil.

[2] Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Bacharel em Arquivologia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Técnico em Arquivo da UFPB. E-mail: jeffersonarquivista@gmail.com
[2] Doutorado em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professora do Departamento de Ciência da Informação e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFPB.

(cc) BY-NC-ND

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao utilizar, no título deste artigo, "fio de Ariadne", nós nos remetemos à Mitologia Grega. Ariadne, apaixonada por Teseu, filho de Egeu, ajudou-o, por meio de um novelo de fio de ouro, a sair do labirinto e a derrotar o Minotauro. Assim, visualizamos a organização e a representação nos arquivos: como um norte, um fio para guiar usuários de diferentes concepções a encontrar o seu fim ou o começo de exploração: a informação, o conhecimento, os significados, a saída do labirinto.

"Representar é o ato de utilizar elementos simbólicos — palavras, figuras, imagens, desenhos, mímicas, esquemas, entre outros — para substituir um objeto, uma ideia ou um fato" (LIMA; ALVARES, 2012, p. 21). Nesse aspecto, representar informações requer habilidades e olhares múltiplos, principalmente quando circundam os documentos arquivísticos. Resultantes das atividades institucionais ou pessoais, os documentos arquivísticos são criados por meio de funções e de motivações específicas, ganhando atributos maiores de acesso quando envolvidos pelas atividades de classificação e de descrição, ambas com finalidades diferentes, mas conectadas entre si.

Na Ciência da Informação, em que a Arquivologia possui relações através de seus vínculos acadêmicos institucionais, da titulação dos professores, bem como da produção científica (MARQUES, 2011), existem dimensões sobre o organizar e sobre o representar a informação ou o conhecimento. A representação da informação é "[...] compreendida como o conjunto de atributos que representa determinado objeto informacional e que é obtido pelos processos de descrição física e de conteúdo" (BRASCHER; CAFÉ, 2008, p. 6), diferentemente da organização e da representação do conhecimento, que estão mais ligadas às estruturas conceituais, hierárquicas, relacionais, como é o caso das ontologias, das taxonomias, dos tesauros, entre outros.

Quando se trata da informação na Arquivologia, podemos retomar aos preceitos da arquivística integrada, que traz um olhar acoplando as funções arquivísticas e repensando as três fases como um grande organismo. Essa integração envolve parâmetros e incluem a informação orgânica.

Apesar disso, é preciso compreender o movimento da informação nos arquivos sobre o entendimento da "informação orgânica", citada na Arquivologia integrada, e a

(cc) BY-NC-ND

"informação arquivística", a qual é também utilizada em pesquisas no Brasil. Em nossa concepção, seguimos os fundamentos dos estudos de Vitoriano (2017), em que compreende as informações presentes nos documentos relativas à administração, às ações, às funções e às atividades institucionais como uma "informação orgânica", posteriormente, vindo a "informação arquivística", que seria uma informação oriunda do trabalho arquivístico presente nos instrumentos de gestão, a citar: plano de classificação, tabela de temporalidade e, aqui, também incluímos os instrumentos de pesquisa resultantes da atividade de descrição.

Outro ponto a considerar é quanto à designação da representação no contexto de pesquisas em Arquivologia as quais influenciam a identidade da temática na área, além de existir a "representação da informação arquivística" e a "representação do conhecimento arquivístico", outros estudos empregam a denominação "representação arquivística", cunhada por Elizabeth Yakel (SILVA; MAIA, 2017).

Os documentos arquivísticos são registros que possuem informações e especificidades, ou seja, recortes da materialização de atividades. Thomassen (2006) ressalta que a informação é registrada visando a uma reutilização futura, sendo essa interpretação contextualmente observada pelo tempo e pelo lugar. A organização e a representação na Arquivologia, assim, devem ser realizadas respeitando elementos específicos dos documentos, observando a manutenção e a projeção dessas informações, considerando, assim, as atividades de classificação e de descrição como propiciadoras desse processo.

A classificação está amparada no contexto orgânico e nas funcionalidades dos arquivos, o que serve para distribuir os documentos de acordo com sua atividade, ou seja, quando pensamos na informação de "contexto" e de "conteúdo" dos documentos arquivísticos, Schmidt e Smit (2015) localizam a classificação nas informações de contexto, as de "fora" dos documentos, relacionadas à produção (funções, atividades), sendo as informações de conteúdo aquelas de "dentro" do documento, o tema e o assunto.

A descrição arquivística, nesse sentido, de acordo Yeo (2017, p. 135), "[...] é tanto processo quanto produto". Assim, foca o acesso, na difusão de informações,

(cc) BY-NC-ND

considerando o conteúdo e as relações entre os documentos, baseada em normas de descrição, resultando em instrumentos de pesquisa, como os guias, os catálogos etc.

A classificação e a descrição têm, como objetivo, fornecer acesso aos documentos. Nas vertentes pós-modernas, a representação arquivística se expande para relações entre o contexto, os documentos e os usuários (TOGNOLI, 2012). Logo, os instrumentos oriundos dessas atividades abrem espaços, baseado nos princípios arquivísticos, para a essência das unidades de informação, dos conjuntos documentais e dos arquivos se aperfeiçoando diante dos ambientes cada vez mais dinâmicos.

Este artigo objetiva apresentar pontos sobre a organização e sobre a representação na Arquivologia, considerando as atividades de classificação e de descrição como múltiplas direções no acesso aos arquivos. Valemo-nos de uma abordagem qualitativa, de cunho teórico, por meio de diálogo entre autores com direcionamentos descritivos.

2 PARTICULARIDADES DO DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO

Mesmo considerando algumas relações com outras áreas do conhecimento, a Arquivologia nos apresenta especificidades do olhar como se dispõe diante dos documentos. Diferente de outras unidades de informação, os documentos arquivísticos nos indicam ocupação única por meio de suas características. As teorias arquivísticas, mesmo sendo rediscutidas com o tempo, ainda nos conduzem a caminhos de como a sociedade se dispõe com o documento.

Essas especificidades que estão circunscritas no documento arquivístico se referem à naturalidade e à organicidade motivada por sua criação. Silva *et al.* (2002) apontam que, já nas civilizações do Crescente Fértil, era possível observar uma demarcação dos registros para fins literários e para outros que formavam um grande sistema orgânico constituídos por atividades dos faraós e de trabalhos praticados por povos da região.

Tendo em vista tal importância dos documentos no meio social, a depender da área de conhecimento, estes assumem um significado. Na Arquivologia, são historicamente entendidos como resultado de uma atividade institucional ou pessoal,

(cc) BY-NC-ND

rodeados por fatos materializados desde o momento de sua produção e durante os caminhos percorridos entre os setores, até cumprir o seu objetivo final, diante da instituição.

Os documentos arquivísticos estão relacionados às funções do órgão, por isso, tomando as afirmações de Bellotto (2006), considera-se que o documento perde o seu sentido, quando retirado do conjunto em que está inserido, caracterizado por ações das atividades, por funcionalidades de sua produção e por elementos registrados que demarcam a estrutura dos documentos.

Destaca-se a influência da Diplomática e dos estudos da tipologia documental para reflexão acerca do documento arquivístico. A Diplomática visualiza os documentos como estruturas pré-estabelecidas, refletidas por um ato jurídico. "O objeto da Diplomática é a estrutura formal do documento. O documento deve conter a mesma construção semântica de discurso para a mesma problemática jurídica" (BELLOTTO, 2002, p. 18). O objeto de estudo da tipologia documental, por sua vez, compreende as relações orgânicas entre os documentos.

Bellotto (2002), afirma que, na identificação diplomática, a preocupação é com a estrutura formal do documento, por isso o interesse parte da autenticidade deste e de como as informações estão dispostas, constituídas a partir de um ato jurídico, obedecendo à sua finalidade. Na identificação tipológica, contudo, o foco é a produção documental, a relação orgânica e o conteúdo.

> A diplomática explicita os laços entre os componentes intelectuais de um documento e o elemento de uma ação especifica, enfatiza as relações entre os tipos de documentos, o tipo de ações e de etapas de procedimento mostra todos os tipos de interação entre pessoas e documentos (DURANTI, 1994, p. 61).

Partindo para um outro momento, a Diplomática, segundo Rodrigues (2012), segue em direção ao contexto de produção, nas relações das funções, atividades do órgão que produziu, indo ao encontro dos primados arquivísticos. Isso foi influenciado pelo contexto pós-Segunda Guerra Mundial, que proporcionou um grande crescimento de novos formatos de documentos. O tratamento dos documentos ganhou outros

(cc) BY-NC-ND

contornos, sendo necessário expandir o olhar diante das relações diplomáticas e arquivísticas.

De acordo com Tognoli e com Guimarães (2009, p. 28), "[...] a arquivística encontra, na Diplomática, um ponto em comum: o documento arquivístico, que acabaria por trazer a solução para alguns dos problemas enfrentados pelos arquivistas do século XXI: o estudo da Tipologia Documental".

Nessa mesma perspectiva, Rondinelli (2011) afirma que a Arquivologia é oriunda dos percalços diplomáticos que também lidam com o documento arquivístico. Para a autora, a Diplomática do século XX demonstra o potencial sólido para lidar com os registros eletrônicos. Nessa direção, Luciana Duranti, considerando essas relações, cria a expressão Diplomática Arquivística Contemporânea.

> No final da década de 80 Luciana Duranti publica sua legendária série de artigos, que mais tarde viria torna-se um livro, intitulada *Diplomatics: new uses for an old science*, considerada um *turning point* na área, no qual aplica o método diplomático aos documentos contemporâneos, ressaltando que os mesmos elementos contidos em documentos históricos e medievais estão conditos também nos contemporâneos (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2009, p. 30).

Há uma ampliação dos aspectos diplomáticos, passando do estudo da espécie documental para a integração com a tipologia, na perspectiva do contexto, com as funções e com as atividades de produção dos documentos. Nesse vínculo, estabelecem os elementos probatórios, apresentando uma questão identitária na ambiência da Arquivologia, pela acumulação natural, guardando evidências e marcações a partir das relações institucionais.

Quando fala no contexto dos documentos e na relação estabelecidas em torno destes, Duranti (1997) entende o "vínculo" arquivístico como sendo a questão principal para se identificar, em um documento, diferenças que o caracterize distinto de outros, apresentando o seu caráter único. Mesmo que existam outros documentos iguais, o "vínculo" é o que faz o documento arquivístico. Quanto a isso, Rodrigues (2008, p. 36) destaca:

> O vínculo arquivístico é uma parte essencial do documento e principal componente identificador do documento, que tornam documentos

(cc) BY-NC-ND

> idênticos em distintos, depois que o adquire. Esta relação que se manifesta no conteúdo do documento que o transforma em documento arquivístico (RODRIGUES, 2008, p. 36).

Rodrigues (2008) diz ser o vínculo a parte principal para identificação do documento, sendo a "identificação" vista como uma metodologia arquivística que tem, por base, estudos da Diplomática e da tipologia documental.

> A base conceitual do método reside no estreito vínculo existente entre o documento e o contexto que lhe dá origem, o qual se revela da análise de suas características, o que exige um parâmetro normalizado a ser utilizado como ferramenta de identificação. O procedimento tem início pela denominação do documento, utilizando fórmula padronizada para caracterizar a estrutura e o conteúdo do tipo documental (RODRIGUES, 2008, p. 176).

Na identificação arquivística, Rodrigues (2008) aponta a capacidade de entender o documento no seu contexto de produção, identificando o conteúdo para compreensão da tipologia documental, estabelecendo, assim, as séries documentais e as relações orgânicas entre os documentos a partir do seu vínculo. Por isso, ocorre a integração contemporânea à Diplomática, por ter essa capacidade mais profunda acerca da tipologia documental, compreendendo registros mais complexos como os apresentados nos ambientes eletrônicos.

> [...] a diplomática orienta o reconhecimento dos padrões e facilita a identificação dos registros; quando a criação dos registros não é controlada, a diplomática orienta o desenvolvimento de padrões e a formação de um sistema em que são formuladas e estabelecidas as categorias de tipo e de documentos capazes de transmitir conteúdo e de revelar procedimentos e contexto (DURANTI, 1994, p. 62).

As bases do documento arquivístico se mantêm no ambiente digital, condicionado por alguns aspectos dos sistemas eletrônicos, incluindo os formatos e o armazenamento. Foi preciso pensar em direcionamentos para manutenção dos fatos registrados nos documentos digitais, de forma a garantir sua composição durante todo ciclo institucional, até sua destinação final.

Os documentos arquivísticos digitais são aqueles codificados a partir de dígitos binários: produzidos, armazenados e mantidos em um sistema por meio computacional

(cc) BY-NC-ND

(*hardware* e *software*), ou seja, os elementos que os constituem só têm validade no ambiente em que estão inseridos. Assim, se os documentos forem impressos, perdem sua autenticidade.

Para Rondinelli (2013), sendo o documento arquivístico digital uma unidade indivisível, apresenta algumas características, como "[...] forma fixa, conteúdo estável, relação orgânica, contexto identificável, ação e cinco pessoas: autor, redator, destinatário, originador e produtor (ou, pelo menos, as três primeiras)" (RONDINELLI, 2013, p. 253).

Digitalmente, os documentos são mais propícios a modificações de informações. O conteúdo dos documentos não pode ser dinâmico, mesmo estando em ambiente que demonstra tal fluidez, assim a estabilidade se refere à manutenção da estrutura. Isso significa que, no seu ciclo diante da instituição, o documento tem que apresentar completude e não pode ser alterado. Já o conteúdo estável diz respeito à transmissão de um documento arquivístico para outro objeto digital, sendo apresentado da mesma forma em que foi produzido.

3 COMPOSIÇÃO DO FIO: O ACESSO AOS ARQUIVOS

Considerando algumas particularidades que circundam os documentos arquivísticos, características e aspectos aos quais, notadamente, devemo-nos atentar quando se realiza a classificação e a descrição, essas atividades seguem o rito da instituição que produziu os documentos, respeitando a manutenção de elementos essenciais.

A descrição nem sempre foi acoplada aos princípios arquivísticos, pois já se fazia presente nas primeiras práticas realizadas na sociedade. Ela evoluiu, demarcando características em diferentes períodos: nas Civilizações Clássicas, por exemplo, na Grécia, os documentos serviam para evidenciar determinada ação; na Idade Média, também poderia comprovar algo, porém o ato de descrever estava mais centrado na criação de cópias a partir da transcrição dos documentos (LLANES PADRÓN, 2016).

Na época moderna, com a abertura dos arquivos e com a garantia de direitos, a preocupação era conservar os significados e as ações dos documentos, e,

(cc) BY-NC-ND

posteriormente, a descrição se aproxima dos princípios arquivísticos (proveniência, ordem interna) e do seu caráter orgânico, na época contemporânea. Sendo assim, os direcionamentos da descrição arquivística, de acordo com Llanes Padrón (2016), dão-se a partir de dois segmentos: Custodial e Pós-Custodial.

Esses dois segmentos para a autora têm um papel primordial para entender e para situar autores que abordam a descrição, pois, ao considerar o documento propriamente refletido na organização física, sob uma perspectiva de guarda, influenciado pelo positivismo, estaremos diante do segmento custodial; diferentemente do pós-custodial, em que a atividade de descrição aparece mais ampliada como um processo de análise focado na informação e no rompimento dos documentos, para além da guarda.

Segundo Soares, Pinto e Silva (2015), essa última perspectiva está atrelada a um olhar sobre os formatos e sobre os suportes documentais, assim a Arquivologia se viu na expectativa de repensar a atividade de descrição documental.

> O paradigma pós-custodial, emergente no final do século XX, possui uma perspectiva que coloca a Arquivística no campo da Ciência da Informação, pois entende que o objeto científico da mesma não pode mais ser o documento de arquivo, mas sim a informação. Por esse motivo, esse paradigma contrapõe-se ao paradigma custodial voltado para valorização do documento de arquivo de valor permanente (SOARES; PINTO; SILVA, 2002, p. 22).

Com isso, Llanes Padrón (2016), aponta que, no paradigma custodial, apresentam-se os aspectos descritivos físicos dos documentos, com uma visão histórica e patrimonialista. As questões técnicas prevalecem, e a criação de instrumentos de pesquisa, para proporcionar o acesso faz-se presente. No pós-custodial, há uma preocupação com o significado e com a evidência retratada nos documentos, a partir de representações mais próximas dos princípios arquivísticos.

O custodial não significa que é um erro ou uma visão passada, mas serve para compreendermos determinada realidade da descrição e o do seu contexto, como também sua aplicação atualmente. No Brasil, percebe-se essa influência em Bellotto (2006), ao dizer que, no contexto da Teoria das Três Idades, a descrição arquivística acontece no arquivo permanente, porque o documento permeia a administração no

DOI - 10.22478/ufpb.2318-6186.2020v8n1.55272
https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion - ISSN 2318-6186. Licença (cc) BY-NC-ND

momento de sua criação e, após o cumprimento de suas funções, é direcionado para a fase final. "Esses documentos são, na realidade, os mesmos de que se valerão os historiadores, posteriormente, para colherem dados referentes ao passado, já no recinto dos arquivos permanentes" (BELLOTTO, 2006, p. 24).

Nota-se que, na visão de Bellotto (2006), a descrição só acontece em uma perspectiva de pesquisa, refletindo as funcionalidades administrativo-institucionais e facilitando o acesso aos historiadores por meio de instrumentos de pesquisa, logo afirma que "[...] os instrumentos, dos mais genéricos - como os guias e quadros de fundos – aos específicos – como os inventários, catálogos, catálogos seletivos, índices e textos na íntegra [...] ocorrem para fazer notar a posição que ocupam nas tarefas da descrição de arquivos" (BELLOTTO, 2006, p. 33).

Hagen (1998) propõe algumas considerações sobre a descrição e sobre o processo de padronização, destacando outra visão. Diferentemente de Bellotto (2006), considera que o arquivista não deve preocupar-se com documentos "mais importantes" que serão pesquisados por historiadores no futuro, mas com descrevê-los em um contexto maior. A descrição amplia o seu sentido, como também diferencia suas formas aplicadas nas fases documentais.

Nessa linha, Marañón (2013, p. 49, tradução nossa) aponta que "[...] hoje a descrição é considerada uma operação em si mesma, uma operação de análise documental destinada a criar representações precisas e concisas de qualquer unidade de arquivo, sempre sob o princípio da proveniência".

Podemos perceber, por meio desses autores, algumas características diferentes quanto à atividade de descrição arquivística: de um lado, ela é entendida como meio para criação de produtos (instrumentos de pesquisa) que serão utilizados por pesquisadores; de outro, como um processo mais analítico realizado em conjunto com os princípios arquivísticos, sendo o arquivista intermediador em criar representações que servem como comunicação, a partir de informações organizadas extraídas de um documento.

Se estivermos tratando da classificação, por outro lado, na Arquivologia, ela pode ser situada nos primeiros estabelecimentos de princípios norteadores de

(cc) BY-NC-ND

organização dos documentos: o princípio da proveniência e a ordem interna que garantiu nos documentos certas condutas ligadas ao órgão produtor, pois a "[...] classificação, até as primeiras décadas do século XIX, era elaborada sem levar em conta a origem administrativa dos documentos. Considerava-se como um conjunto único a grande massa documental reunida no Arquivo Nacional francês" (SOUSA, 2006, p. 124).

Foi a mudança de foco na organização dos documentos a qual fez as práticas e os direcionamentos nos arquivos perante à classificação. A classificação começou a prezar o contexto, refletida nas atividades e nas funções dos documentos quando se estabeleceu que os documentos deveriam ser organizados, respeitando a sua origem, mantendo a ideia de fundo.

Schellenberg (2008) diz que a classificação em arquivos pode assumir três meios, a saber: funcional, organizacional ou estrutural e por assunto. No primeiro, a classificação deve seguir as funcionalidades do órgão produtor do documento, refletindo as funções. Assim, ao criar outras funções, deve-se incluir na classificação. O segundo segue a estrutura do órgão, considerando as divisões da administração, dos setores etc. O último, por sua vez, necessita de uma análise do assunto dos documentos com vistas a identificar o conteúdo que refletirá na classificação.

Da classificação arquivística, tem-se o plano de classificação como um produto norteador para entendimento dos documentos. A classificação é o meio elementar para mediação de atividades de gestão, de acesso e de preservação dos documentos, realçando todo o planejamento para os arquivos, no plano de classificação em que apresenta as relações dos documentos.

A classificação pode ser considerada como uma atividade intelectual, em que, por meio dela, estudamos os documentos produzidos, para elaboração de um plano de classificação, o qual retratará a estrutura, as funções e as atividades da instituição (ALBUQUERQUE, 2017).

Schmidt e Smit (2015), ao realizar estudo acerca da organização e da representação da informação em arquivos, a partir da classificação, aponta a visão de Adolf Brennek (1953), na forma em que ele pensava sobre a trajetória da área e sobre

(cc) BY-NC-ND

como que os arquivos se dispunham, elaborando uma teorização a partir de três fases baseada na classificação como elemento norteador.

> [...] como referência o desenvolvimento da teoria arquivística, elabora periodização, constituída por três fases, para analisar a trajetória da Arquivologia enquanto área de conhecimento: Séculos XVI até XVII Predomínio do método "prático indutivo" para a classificação arquivística; caráter técnico e experimental da área, representada pelos arquivos antigos e medievais (dualismo entre arquivo de expedição e recepção); - Século XVIII Predomínio do sistema de classificação "teórico dedutivo" devido ao contexto racional e iluminista; tem-se o sistema de classificação já em uma perspectiva de teoria; Século XIX Surgimento do Princípio da Proveniência como novo sistema de Classificação arquivística, significando a revolução da teoria pelo estabelecimento de princípios teóricos para área (SCHMIDT; SMIT, 2015, p. 2).

A partir da teorização de Brennek, apontada pelas autoras, percebe-se a última fase como um sistema de classificação baseada na proveniência. Fica clara a demarcação realizada nos arquivos quanto a essa identidade, a partir do respeito à integridade da constituição dos fundos, por meio de uma organização pautada no órgão que proviu a documentação.

Sousa (2007) localiza a ideia de classificar em um contexto mais geral, afirmando ser natural do ser humano tal ação, mas que, na Arquivologia, é aplicada com certo tipo de finalidade, sendo o arquivista agente que aplica esse fim. A classificação é também uma operação que demonstra estudo da compreensão das hierarquias e de subordinação antes de sua aplicação. Nesse caso, pode-se relacionar ao reconhecimento dos fluxos institucionais e à estrutura a partir das unidades setoriais.

Com base nessas relações, a classificação é vista como uma atividade que dá abertura para outras funções arquivísticas, porque estabelece e situa os documentos no contexto de produção, acoplando-os em classes que facilitam a recuperação e o processo de análise para as funções de avaliação e de descrição.

(cc) BY-NC-ND

4 A ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO NA ARQUIVOLOGIA: a saída do labirinto?

Nesta seção, destacamos alguns pontos sobre as atividades de classificação e de descrição e a prospecção envolvida por meio de relações com a Organização e Representação do Conhecimento (ORC), através de autores que evidenciam aprofundamentos da representação temática, por meio do "assunto" e do "conteúdo" entrelaçados com essas atividades. Em contrapartida, torna-se necessário, em nossa visão, apontar algumas mudanças de condução sobre o arquivista e, consequentemente, novos olhares sobre o acesso aos documentos.

O arquivista era visto como um profissional passivo, um trabalho reflexo do positivismo. Mesmo nos EUA, onde alguns teóricos ampliaram a ideia sobre o arquivista, ao falar que ele decidia o processo de avaliação documental, em um ponto de vista mais político e gerencial – diferentemente da perspectiva do britânico Hilary Jenkinson, que exclui o profissional desse processo –, ainda existiu uma restrição ao aprimorar metodologias para os arquivos (KAPLAN, 2018).

Essas ponderações sobre a posição do arquivista e a discussão tardia sobre assuntos envolvendo os usuários e acesso aos documentos podem ter influenciado o avançar dos processos de organização e de representação no campo arquivístico.

Rodrigues (2003, p. 212), por exemplo, considera que a descrição "[...] supõe, de fato, um trabalho intelectual de representação informacional. Apesar disso, ela completa afirmando que talvez os debates e os avanços sobre representação em arquivo e as dificuldades relacionada à criação de padrões descritivos decorrem de certa tradição em arquivística, que, por muito tempo, deu pouca ênfase aos usuários, pelo menos, até a década de 70.

Com as transformações e com os direcionamentos os quais elevam e rediscutem o papel desse profissional perante à sociedade, a ideia de representação vem-se ampliando no escopo da área, principalmente quando seguimos os preceitos das correntes pós-modernas. No final da década de 1980, a Arquivologia inicia uma ressignificação na organização dos documentos, impulsionada pela revolução científica e pelos novos formatos de documentos (TOGNOLI, 2012).

(cc) BY-NC-ND

Essa movimentação e transformação referente à representação na Arquivologia, considerando a classificação e a descrição arquivística como núcleo nessa discussão, fica mais clara nas formações discursivas apontadas por Barros (2014); valendo-se da análise do discurso (de matriz francesa), o autor procurou compreender o discurso da Arquivologia por meio de alguns autores da Espanha, do Canadá e do Brasil, traçando um percurso teórico e prático na questão da representação arquivística.

Barros (2014), através da identificação de duas formações discursivas, destacou alguns elementos que as diferenciam: a primeira com traços oriundos da Diplomática, da Paleografia e da História, com aspectos positivistas, visando a elaboração de normas; a segunda, envolvendo mais questões sociais, políticas, cidadania, transparência, busca de relações interdisciplinares, preocupação com os registros eletrônicos e influenciada pelo fator científico da Arquivologia.

Mesmo o autor apresentando diferenças, há uma ressalva na pesquisa quanto à observação dessas formações discursivas: não podemos olhá-las como se a segunda fosse mais evoluída que a primeira.

> De um lado, o arquivista visto como um agente passivo do processo, incluindo o processo de representação da informação; do outro, o arquivista compreendido como um agente ativo do processo de organização e significação dos arquivos (BARROS, 2014, p. 173).

É preciso considerar as circunstâncias e o recorte do posicionamento do autor. Aqui, valemo-nos mais a título de compreensão das formas de visualizar as possíveis discussões nas atividades de organização e de representação. Destaca-se modificações da visão do Arquivista, bem como sua atuação e seus princípios arquivísticos rediscutidos, como é o caso da proveniência

> No final da década de 1980, o arquivista inglês Hugh Taylor (1987) anunciou uma mudança de paradigmas nessa área e caracterizou o final do século 20 como um tempo de revolução científica na ciência de arquivo, no sentido de que não se restringiria aos documentos gerados de maneiras diferentes e mais rápidas (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2010, tradução nossa).

A partir de Taylor, outros autores e teóricos que estudam sobre os arquivos começaram a repensar os tipos de formatos dos documentos que estavam-se apresentando. "Taylor livrou muitos arquivistas canadenses e internacionais de seu

DOI - 10.22478/ufpb.2318-6186.2020v8n1.55272
https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion - ISSN 2318-6186. Licença (cc) BY-NC-ND

"desvio histórico" de pesquisar antigos documentos e instalou-os firmemente na era da informação dos documentos eletrônicos [...]" (COOK, 2018, p. 47).

Outros autores estão segmentados por abordagens mais contemporâneas de forma interdisciplinar e que tentam apresentar respostas aos problemas colocados pela atualidade em face dos documentos digitais. A arquivística funcional ou Pós-Moderna, que possui meandros em algumas nuances colocadas por Taylor, por exemplo, é aprofundada por Terry Cook, defendendo o contexto sociocultural e ideológico na criação dos documentos. Destaca-se também a Diplomática Arquivística, que é uma aproximação, por meio de pesquisas de Luciana Duranti, porém tem os seus percalços com Paola Carucci, na Itália, em 1980 (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2010).

Essa segmentação, logicamente, muda a condução do arquivista, assim destacamos algumas discussões sobre as atividades de classificação e de descrição, com base na organização e na representação do conhecimento. A área de Organização do Conhecimento tem seu fundamento por um caminho interdisciplinar, com a filosofia, com a linguística, com a sociologia etc. Sobre a Organização do Conhecimento, Lima e Alvares (2012, p. 28) destacam:

> Henry Evelyn Bliss foi o primeiro pesquisador a registrar o termo em seus livros. Depois de longo período, Dagobert Soergel, 1971, usa a expressão na sua tese de doutorado, seguindo, dois anos depois, por Ingetraut Dahlberg, que utiliza no título de seu doutoramento em 1973. É essa autora, em obra de 2006, que diferencia o conceito e aplicações dos termos organização do conhecimento (OC) e organização da informação (OI). Para ela, OC significa a construção de sistemas conceituais, e OI, o relacionamento de unidades desses sistemas conceituais com objetos de informação.

Por meio de Ingetraut Dahlberg, que, desde 1970, já se reunia com profissionais de diferentes áreas e com a criação, em 1989, da *International Society for Knowledge Organization (ISKO),* o campo obteve avanços maiores em discussões interdisciplinares (GUIMARÃES, 2017), conectando espaços para o que hoje alguns autores consideram a OC, um campo de interseção ou subárea da Ciência da Informação.

A OC oferece suporte teórico-metodológico para criação de processos, de produtos e de instrumentos em bibliotecas, em bancos de dados bibliográficos, em arquivos e em outras instituições de memória (HJORLAND, 2008).

(cc) BY-NC-ND

Diante de possíveis relações da Organização do Conhecimento com a Arquivologia e, mais precisamente, do que Tognoli (2012) afirma ser a classificação e a descrição, a base da Organização e Representação do Conhecimento Arquivístico, alguns estudos buscam segmentar conexões, bem como afinidades dos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC) no desenvolvimento das ontologias, das taxonomias, dos tesauros, entre outros tipos de SOCs arquivísticos.

De acordo com Barros e com Sousa (2019) devido aos documentos na atualidade estarem cada vez mais em um processo híbrido, ou seja, o acesso e as possiblidades são mais amplos, a Arquivologia busca interlocuções com a área da Organização do Conhecimento. Essa área pode oferecer contribuição em relação à metodologia de acesso à informação.

> A Organização e Representação do Conhecimento é uma área que contribui de forma fundamental para a construção de metodologias para o acesso à informação. Nesse sentido, têm-se apresentado uma série de desdobramentos para o desenvolvimento de linguagens, estruturas, classificações, ou seja, sistemas de organização do conhecimento (BARROS; SOUSA, 2019, p. 77).

Ao mesmo tempo em que a área de Organização do Conhecimento pode estabelecer conexões com as formas de organização tratadas nos documentos arquivísticos, esse documento é permeado pelo contexto, pelo conteúdo e pelas características que lhe conferem diferenciação e devem ser levadas em consideração quando pensamos na sua projeção nessas perspectivas.

Os SOCs são projetados por uma organização a partir de estruturas semânticas, dessa forma, para criação de taxonomias, de tesauros, de ontologias, entre outros, são necessários a segmentação de normas e de metodologias (BOCCATO, 2011). Dessa forma, a busca por definições, bem como por direcionamentos metodológicos, é explicitada por meio de alguns pesquisadores na Arquivologia, aqui destacamos estudos brasileiros.

Por meio dos Sistemas de Organização do Conhecimento, há possibilidades dessa relação na constituição dos instrumentos arquivísticos que, antes de tudo, são

(cc) BY-NC-ND

permeados a partir da relação entre contexto e conteúdo se aproximando das formações dos SOC, esclarecem Barros e Sousa (2019). Entendem que "[...] a Arquivologia, apesar de sua trajetória paralela, tem, em muitos momentos, buscado interlocuções, ainda que superficiais ou até não intencionais, com a área de Organização do Conhecimento" (BARROS; SOUSA, 2019, p. 88).

Outro discussão que podemos destacar é apontada por Tognoli, Rodrigues e Guimarães (2019), na perspectiva de busca por um conceito baseado na teoria de Dahlberg, para definição de conhecimento arquivístico. Considerando a equação de sentido apresentada por Dahlberg, os autores abalizaram as estruturas conceituais do conhecimento arquivístico, a citar: o conceito de fundo, o conhecimento formal documental e, por último, o conhecimento do contexto de produção de documento, destacam:

> [...] o conhecimento arquivístico pode ser concebido a partir do conceito de fundo (sobre o qual incidirão todos os processos de organização), caracterizado a partir da reunião e análise de documentos produzidos por uma mesma pessoa ou instituição, com base no método diplomático enquanto suporte para a metodologia da identificação arquivística (TOGNOLI, RODRIGUES; GUIMARÃES, 2019, p. 71).

Esses são alguns autores que apresentam essas relações no terreno brasileiro, porém eles vêm sendo respaldados por outras pesquisas no que concerne à aproximação da Organização do Conhecimento, Sistemas de Organização do Conhecimento diante do que chamam de Conhecimento Arquivístico.

Outro ponto que influencia a busca por aprofundamentos, envolvendo a organização e a representação na Arquivologia, está relacionado à questão temática das bases do assunto na descrição arquivística, assim como na classificação e indexação.

Na busca por especificidades da representação temática frente ao documento arquivístico, Vital (2017), após uma análise da literatura internacional, apresenta questões sobre essa especificidade no tocante aos princípios da proveniência, da organicidade, das relações com a classificação e da descrição, como também aos níveis de descrição.

(cc) BY-NC-ND

> Preterir a análise, síntese e representação do conteúdo documental nos arquivos pode resultar em limitações na recuperação desses documentos. Para além das ressalvas da área arquivística, existe um perfil de usuário que exige que seja ultrapassada a compartimentação das áreas do conhecimento, em busca de sistemas de informação que forneçam respostas mais completas e significativas (VITAL; BRASCHER, 2019, p. 346).

Vital e Bräscher (2019) apresentam a necessidade de ampliação, tendo em vista a existência de uma nova feição de usuários ampliando meios para recuperação da informação com base no assunto.

> Evidenciar as especificidades dos documentos arquivísticos no processo de representação temática apresenta a possibilidade do desenvolvimento de representações mais significativas, proporcionando que a recuperação da informação seja contextual. Documentos arquivísticos existem relacionados às funções e às atividades que os originaram, assim, a análise contextualizada explicita esse significado, resultando em representações mais adequadas. A partir dessa caracterização, é possível pensar na integração do documento arquivístico em sistemas de informação que considerem suas especificidades, objetivando não comprometer sua autenticidade (VITAL; MEDEIROS, 2019, p. 362).

A descrição, como um processo de análise da informação no âmbito arquivístico, tem apresentado características específicas quando relacionada ao conteúdo do documento, com vias descritivas e temáticas. Assim, torna-se necessário notar esses aprofundamentos, como também os processos que possibilitam a representação no seio da arquivística.

Um outro estudo que podemos evidenciar, a partir de Linder (2017), diz respeito a uma análise dos Instrumentos Normativos de descrição, em diferentes países, com intuito de verificar a questão da descrição na perspectiva do conteúdo, em consonância com as vertentes de Tratamento Temático da Informação (TTI), destacando que é possível compreender a descrição na perspectiva temática. Assim, [...] percebem traços comuns entre a descrição de conteúdo e a descrição arquivística, visto que apresentam o mesmo objetivo e compactuam com a compreensão de que a descrição é feita durante todo o ciclo informacional e/ou documental [...]" (LINDER; BRÄSCHER, 2018, p. 119).

(cc) BY-NC-ND

As correntes do TTI projetam elementos comuns para descrição arquivística, indo mais além, notando a descrição como uma atividade de representação e que deve ser aplicada em todos os ciclos de informação documental. Essas correntes são apontadas por Guimarães (2003), que diz que a questão temática se preocupa com o teor do documento. Sendo assim, as correntes são a *catalogação de assunto* (influência norte-americana), a *indexação* (influência inglesa) e a da *análise documentária* (influência francesa).

Outro discussão encontra-se nessa busca de aprofundamento na questão do assunto, por meio da indexação na Arquivologia, através da literatura internacional, no que concerne aos preceitos terminológico e conceituais, a partir de Medeiros (2019).

> [...] a indexação de assunto é um processo de representação arquivística que utiliza como base o elemento assunto (subject) para sua representação. Para compreender esse processo no contexto dos arquivos é necessário considerar a diferença entre a "indexação" (sentido amplo) e "indexação de assunto". Na primeira acepção representa-se o conteúdo, o que envolve diferentes elementos em diferentes níveis de representação. Na segunda, por outro lado, representa-se o tema, tópico ou assunto (MEDEIROS; MEDEIROS, 2020, p. 23).

A autora busca compreender, considerando o recorte da pesquisa, a questão do assunto por meio da indexação diante das definições de autores no âmbito internacional, apresentando os tipos de acesso por assunto, porém, partindo de um processo de diferenciação da indexação de assunto perante à natureza, à finalidade e o contexto dos arquivos.

Além dessas abordagens envolvendo o aprofundamento da questão temática e de assunto por parte a descrição arquivística, bem como a indexação, destaca-se também bases do assunto a partir da classificação arquivística. Alencar e Schmidt (2019) buscam entender, a partir da história da Arquivologia e do seu contexto internacional, a classificação baseada no assunto.

> A classificação de documentos de arquivo baseada em assuntos, então surge nos Estados Unidos no fim do século XIX, a partir da urgência de algum parâmetro organização nos documentos de empresas privadas,

(cc) BY-NC-ND

> tendo seu primeiro marco de institucionalização a partir da recomendação de seu uso na administração pública pela Comissão Taft. Posteriormente é propagada internacionalmente através de adaptação feita pelo Instituto Bibliográfico Internacional, e, nesse período, há uma maior valorização do mobiliário de arquivo em detrimento da atividade que os documentos de arquivos registram (ALENCAR SCHMIDT, 2019, p. 147).

Os autores partem do pressuposto sobre a consideração do contexto em que é produzido o documento arquivístico. Dessa forma, salientam uma especificidade desse documento, mas bases metodológicas da classificação "herdada" dos aspectos da biblioteconomia não apresentam, em sua completude, os preceitos apontados pela literatura arquivística em si. Em abordagens contemporâneas, destacam que podemos encontrar respostas para as características dos documentos que hoje nos são apresentadas, assim, podendo-se trabalhar, principalmente aos meandros brasileiros, com a classificação baseada no assunto de forma institucionalizada, ampliando perspectivas no acesso à informação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não queremos, com este ensaio, direcionar e definir que as discussões na seção final aqui apresentadas são, de fato, o percurso atual da organização e da representação na Arquivologia, apenas apresentar aprofundamentos dos debates pautados em torno da temática. Ao figurar e nominar o fio de Ariadne para norte deste artigo, referimo-nos à classificação e à descrição arquivística que compõem e estabelecem meios para se chegar aos documentos, aos arquivos.

Organizar e representar a informação, realizamos no nosso cotidiano, todavia, em um campo especializado como a Arquivologia, devemo-nos atentar ao fato de que a projeção dos documentos é alcançada baseada em princípios, em critérios lógicos, em semelhança, em diferença, considerando o contexto arquivístico e os elementos em sua volta.

As particularidades dos documentos e o grande destaque são dados para os documentos institucionais, em detrimento dos pessoais, que necessitam de

(cc) BY-NC-ND

aprofundamento na área, são constituídas por relações, por contexto de produção, por atividades e por nortes considerados na realização da descrição e da classificação como atividades de organização e de representação seja da informação ou do conhecimento. Mesmo assim, há de ressaltar a busca por relações interdisciplinares e um olhar para os ambientes digitais e para os usuários que vêm modificando o seu perfil e, consequentemente, a busca por aprofundamento, a ampliação dos instrumentos arquivísticos e as ações que possibilitam e tentam englobar e acompanhar essas mudanças.

Destacamos a Representação do Conhecimento na Arquivologia por meio das discussões de Barros e Sousa (2019), quando aproximam o campo da Organização do Conhecimento e evidenciam abordagens metodológicas de forma a contribuir para construção de Sistemas de Organização do Conhecimento, das ontologias, das taxonomias, dos tesauros, mas também uma prospecção pode ser visualizada quando destacada a busca por definição do conhecimento arquivístico através de Tognoli, de Rodrigues e de Guimarães (2019) enfatizando o conceito de fundo, o conhecimento da forma documental e o conhecimento do contexto de produção documental como parte da estrutura conceitual de conhecimento arquivístico.

Não muito diferente, há uma busca pelo entendimento e pelas bases do assunto, a partir da descrição e da classificação: a primeira por meio de Vital e de Bräscher quando buscam especificidades e apresentam uma dimensão temática da descrição e classificação, bem como Linder (2017), Linder e Bräscher(2018) aproximam e analisam os instrumentos normativos na perspectiva temática por meio das correntes do TTI; além das possiblidades do assunto por meio da indexação a partir de Medeiros (2019); Medeiros e em Medeiros (2020), a segunda, a classificação arquivística também aparece por meio de Alencar e de Schimidt (2019), na busca por necessidade de reformulação dos instrumentos de classificação, baseada no assunto, ou seja, voltada para a identificação e para o contexto de produção documental.

Assim, alguns pontos destacados nessas discussões apresentadas neste artigo são norteadas pela necessidade de aprofundamentos para formas de organização e de representação da informação e do conhecimento no campo arquivístico. Quando citam o

conhecimento arquivístico, por exemplo, não deixam nem desconsideram os elementos e a conjuntura histórica da Arquivologia para se fazerem relações. Em um segundo momento, outros estudos que discutem as bases do assunto na descrição, em instrumentos normativos, na classificação e na indexação, considerando particularidades do documento arquivísticos.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Paulo José Viana; SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. O assunto como elemento de classificação para documentos de arquivo no início do século XX e suas influências em abordagens contemporâneas. **Inf. Inf.** Londrina, v. 24, n. 3, p. 129 – 153, set./dez.2019. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38681. Acesso em: 05. jan. 2020.

BARROS, Thiago Henrique Bragato; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa. Organização do conhecimento e Arquivologia: abordagens metodológicas. **Informação & Informação,** Lodrina, v. 24, n. 2, p. 76-92, maio/ago. 2019. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38290. Acesso em: 07 jan. 2020.

BARROS, Tiago Henrique Bragato. **A representação da informação Arquivística:** uma Análise do discurso teórico e institucional a partir dos contextos Espanhol, Canadense e Brasileiro. 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes:** tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo.** São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002. 120p.

BRÄSCHER, Marisa; CAFÉ Lígia, Organização da Informação ou Organização do Conhecimento? *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANCIB, 2008. p. 1-14. Disponível em: https://skat.ihmc.us/rid=1KR7TM7S9-S3HDKP-5STP/BRASCHER%20CAF. Acesso em: 15 maio. 2019.

COOK, Terry. O passado é prólogo: uma história das ideias arquivísticas desde 1898 e a futura mudança de paradigma. *In*: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (Org.). **Pensar os arquivos:** uma antologia. Rio de Janeiro: FGV, 2018. p. 17-81.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, v. 7, n.13, p. 49-64, 1994. Disponível em: https://bibliotextos.files.wordpress.com/2012/03/registro-documentais-contemporc3a2neos-como-provas-de-ac3a7c3a3o.pdf. Acesso em: 15 dez. 2018.

DURANTI, Luciana. The archival bond. **Archives and Museum Informatics.** Vancouver (Canadá): Kluwer Academic Publishers, v.11, p. 213–218, 1997.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. *In:* RODRIGUES, GeorgeteMedleg; LOPES, Ilza Leite. **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação.** Brasília: Thesaurus, 2003. p. 100- 117.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Organização do Conhecimento: passado, presente e futuro sob a perspectiva da ISKO. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 84-98, maio/ago., 2017. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/31443/21993. Acesso em: 10 abril. 2018.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. **Ciência da Informação**, Brasília, v.27, n.3, p.1-7, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n3/27n3a07.pdf . Acesso em: 28 set. 2018.

HJØRLAND, Birger. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowledge Organization**, v. 35, n.2/3, p. 86-101, 2008.

KAPLAN, Elisabeth. Muitos caminhos para verdades parciais: arquivos, antropologia e o poder da representação. *In*: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (Orgs). **Pensar os arquivos:** uma antologia. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

LIMA, José Leonardo Oliveira; ALVARES, Lilian. Organização e representação da informação e do conhecimento: *In:* ALVARES, Lilian (Org.). **Organização da informação e do conhecimento:** conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4 Editores, 2012. p. 21- 34.

LINDEN, Leolíbia Luana. **O tratamento temático da informação em instrumentos normativos de descrição arquivística.** 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

LINDEN, Leolíbia Luana; BRÄSCHER, Marisa. O tratamento temático da informação em instrumentos normativos de descrição arquivística. **Em Questão**, Rio Grande do Sul, vol. 24, n. 3, p. 96-124, set./dez, 2018. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=465656255013. Acesso em: 03 de mar. 2019.

LLANES PADRÓN, Dunia. **La descripción archivística em los tempos posmodernos:** conceptos, principios y normas. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

MARAÑÓN, Carlos Oliva. Fundamentos de las normas de descripción Archivística y bibliotecária. **Biblios**, [*S.l.*],n.153, p. 48-66, 2013. Disponível em: https://biblios.pitt.edu/ojs/index.php/biblios/article/view/128 . Acesso em 12 jan. 2019.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha**. Interlocuções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil.** 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, 2011.

MEDEIROS, Graziela Martins de; MEDEIROS, Marisa Bräscher Basilio. A indexação de assunto em documentos arquivísticos: análise das definições internacionais com base na revisão sistemática da literatura. **RDBCI: Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf,** Campinas, v.18, 1-28, 2020. Disponível em: file:///D:/Users/Jefferson%20Higino/Downloads/8657824-Texto%20do%20artigo-66172-1-10-20200305%20(6).pdf. Acesso: 08. jul. 2020.

MEDEIROS, Graziela Martins. **Indexação em documentos arquivísticos:** em busca de aprofundamento teórico-metodológico. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2019.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos.** 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo. 2008.

RODRIGUES, Ana Célia. Identificação: uma metodologia de pesquisa para a Arquivística. In Estudos avançados em Arquivologia. Marília, São Paulo: Oficina Universitária; Cultura Acadêmica, 2012, p. 197-215. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/estudos_avancados_Arquivologia.pdf Acesso em: 20 dez. 2019.

RODRIGUES, Georgete Medleg. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da norma internacional de descrição arquivística. *In:* RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Org.). Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 210-230.

RONDINELLI, Rosely Curi. O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisitação necessária. 2011. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O documento arquivístico ante a realidade digital:** uma revisão conceitual necessária. Rio de janeiro: Editora FGV, 2013. 280p.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos.** Princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

SCHMIDT, Clarissa; SMIT, Johanna. Organização e representação da informação em arquivos: uma análise a partir da função classificação. *In:* XII Congreso ISKO España y II Congreso ISKO España-Portugal, 19-20 de noviembre, 2015, Organización del conocimiento para sistemas de información abiertos. Murcia: Universidad de Murcia.

SILVA, Armando Malheiros da *et al.* **Arquivística:** teoria e prática de uma Ciência da Informação. Porto: Afrontamento, 2002.

SILVA, Jefferson Higino; MAIA, Manuela Eugênio Maia. Análise das produções científicas acerca da representação da informação no campo da arquivologia. *In:* SANTOS, Eliete Correia dos; CAVALHO, Ediane Toscano Galdino de; SILVA, Alzira Karla Araújo da. (Orgs.). **Seminário de Saberes Arquivísticos - SESA**: Intercâmbio Cooperação Acadêmica e Mediações Interdisciplinares. Campina Grande: EDUEPB, 2017, p. 25-46.

SOARES, Ana Paula Alves; PINTO, Adilson Luiz; SILVA, Armando Malheiro. O Paradigma Pós-custodial na Arquivística. **Páginas a&b,** [*S.l.*]**,** v..3, n. 4, p.22-39, 2015.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. *In:* RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Orgs.). Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação. Brasília: Thesaurus, 2007. p. 240-271. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/33529652.pdf . Acesso em: 03 ago. 2019.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa. Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p 120-142, ago./dez. 2006. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/33535530.pdf. Acesso em 14 nov. 2018.

THOMASSEN, Theo. Uma primeira introdução à Arquivologia. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.5-16, jan./jun. 2006.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. A representação na arquivística contemporânea. **RICI:** R.Ibero-amer. Ci. Inf.**,** v. 5, n. 2, p. 79-92, jul./dez., 2012. Disponível em: http://periodicos.unb.br/ojs248/index.php/RICI/article/view/7974/6580. Acesso em: 03 nov. 2018.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. A representação na arquivística contemporânea. **RICI:** R.Ibero-amer. Ci. Inf.**,** v. 5, n. 2, p. 79-92, jul./dez., 2012. Disponível em:

http://periodicos.unb.br/ojs248/index.php/RICI/article/view/7974/6580. Acesso em: 03 nov. 2018.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves Guimarães. Postmodern Archival Science and Contemporary Diplomatics: new approaches for archival knowledge organization. In: GNOLI, C.; MAZZOCCHI, F. (Eds.; Orgs.). *Paradigms and conceptual systems in knowledge organization.* Würzburg: Ergon Verlag, 2010. p. 405-411.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A diplomática contemporânea como base metodológica para organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das ideias de Luciana Duranti. *In:* CONGRESSO ISKO-ESPAÑA, 9., 2009, Valencia. **Anais** [...]. Valencia, 2009. p. 23-35.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; RODRIGUES, Ana Célia; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Definindo o conhecimento arquivístico: estruturas conceituais. Informação & Informação, Londrina, v. 24, n.2, p. 58-75, maio/ago. 2019.

VITAL, Luciane Paula. **Representação temática de documento arquivístico:** as contribuições do modelo conceitual FRSAD. 2017. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

VITAL, Luciane Paula; MEDEIROS, Marisa Brascher Basilio. Representação temática de documento arquivístico: em busca de especificidades. **Em Questão,** Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 345-367, jan./abr. 2019. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/79870/50205. Acesso em: 15 dez. 2018.

VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin. Uma aproximação entre a Arquivologia e Ciência da Informação: o uso dos conceitos de informação orgânica e informação arquivística. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**. 11:4 (2017) p.57-66. Disponível em: file:///D:/Users/Jefferson%20Higino/Downloads/Dialnet-UmaAproximacaoEntreArquivologiaECienciaDaInformaca-6234792%20(1).pdf. Acesso em: 14 jun. 2018.

YEO, Geoffrey. Debates em torno da descrição. *In:* EASTWOOD, Terry; MAC NELL, Heather. (Orgs). **Correntes Atuais do Pensamento Arquivístico.** Tradução Anderson Bastos Martins; revisão técnica Heloísa Liberalli- Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017, p. 135-168.

(cc) BY-NC-ND